



# Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (DAF)

INFORMAÇÃO n.º 5 / 2021 . mjose

DATA : 2021/01/18	
NIPG : 7764/20	DE : Maria José Costa
REGISTO (DOC.) : 483/21	PARA : Sr.Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé
CLASSIFICADOR :	ASSUNTO : Consulta Prévia- Peças do procedimento-Fornecimento parcelar e continuado de peixe congelado e ultra congelado para o refeitório das escolas de Alfândega da Fé, ano de 2021
PROCESSO : ----	

DESPACHO :

Aprovo

Eduardo Tavares em 19-01-2021

PARECER :

Pode o srº Presidente aprovar a abertura e Peças do procedimento-Fornecimento parcelar e continuado de peixe congelado e ultra congelado para o refeitório das escolas de Alfândega da Fé, ano de 2021.

Carla Victor em 18-01-2021

*@victor*

SEGUIMENTO:

TEXTO :

No cumprimento do despacho Superior de 14/1/2021 do Presidente da Câmara Municipal, exarado no doc 9302/20, cumpre informar sobre os tramites legais, para efeitos de procedimento.

Da decisão de contratar:

De acordo com o estipulado nos art.º (s)32º. a 36º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei no 18/2008, de 29 de Janeiro, solicita-se autorização para o Fornecimento parcelar e continuado de peixe congelado e ultra congelado para o refeitório das escolas de Alfândega da Fé, ano de 2021.

Escolha do tipo de procedimento

Para os efeitos previstos, no art.38.º do CCP, propõe-se que, seja realizado um procedimento através de consulta prévia conforme informação da Técnica Superior, nº 16/2020.

Entidades a convidar.

No âmbito do presente procedimento, prevê o art.º 114º, CCP, que a entidade adjudicante deve convidar a apresentar proposta, pelo menos três entidades.

Propõe-se, que sejam convidadas as seguintes entidades prestadoras deste tipo de serviços, conforme indicação do serviço requisitante e autorizado pelo órgão competente para a decisão de contratar em 14/1/2021.

- Macrofrio;
- Beiragel;
- Coelho & Dias;
- Gelfrio.

De acordo com a informação reportada pela Coodenadora Técnica da Secção de Aprovisionamento e Património em 08/1/2021, verifica-se o cumprimento do disposto no n.º (s) 2 e 5 do artigo 113.º do CCP; não se verificando qualquer impedimento legal para efeitos de convite.

Aprovação das peças

De acordo com a alínea a) do n.º1 art. 40 do CCP, solicita-se a aprovação de programa do procedimento –caderno de encargos e convite.

Preço

Para os efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, e de acordo com a alínea a) do n.1 do art. 47.º do CCP, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder o valor de € 25.600,00 (vinte cinco mil e seiscentos euros) acrescido do IVA, a satisfazer pela proposta de cabimento 63/2021.

Conforme informação da Técnica Superior da Patricia Dias o preço foi fixado, com base em prestações do mesmo tipo no ano de 2020.

Designação do Júri (nº 1 do art.º 67º do CCP):

Patricia Dias.....	Presidente
Simone Amaral.....	1.º Vogal efectivo
Maria José Costa.....	2.º Vogal efetivo
José Manuel Torres.....	Vogal Suplente
Olga Vaz.....	Vogal Suplente

Todos os membros do júri aqui designados subscrevem declaração de inexistência de conflito de interesses (nº 5 do art.º 67º do CCP).

Delegação no Júri, nos termos do nº 1 do art.º 109º, conjugado com o nº 2 do artigo 69.º do Código dos Contratos Públicos.

**O critério de adjudicação e os eventuais fatores e subfatores:**

O critério de adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa, tendo por base a avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, nos termos do previsto na alínea b) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 74.º do CCP.

**Preço ou custo anormalmente baixo:**

a) Para efeitos do disposto nos números 1 e 2 do artigo 71. do CCP, o preço de uma proposta é considerado anormalmente baixo quando o preço da proposta for 20% (vinte por cento) inferior em relação à média dos preços das propostas admitidas.

b) Nos termos do disposto nos n. (s) 4 e 5 do artigo 74.º do CCP, estabelece-se como critério de desempate, o sorteio, a desenrolar presencialmente com os interessados, em data, hora e local a comunicar com a antecedência de um dia útil, do qual será lavrada ata por todos os presentes.

**Caução**

Não à lugar a prestação de caução.

Das diversas fases de procedimentais:

Depois de ponderados os aspetos supra referidos, cumpre informar sobre as diversas fases do procedimentais:

**a) Do prazo para a apresentação de proposta:**

O prazo para a apresentação de proposta, pela entidade adjudicatária, é fixado livremente no convite, devendo, no entanto, ser respeitado um período razoável para a preparação da proposta, tendo em conta as características e a complexidade das prestações a realizar (art.º 63º/2. CCP).

**b) Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento:**

Fixando-se um prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de proposta, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento, bem como as retificações das mesmas, podem ser prestados ou efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo (artº116º, CCP).

**c) Da adjudicação:**

Depois de adjudicado, notifica-se a decisão da adjudicação e subseqüentemente pede-se ao concorrente os documentos de habilitação referidos no art.º 81º/1, CCP. É só após a entidade adjudicatária apresentar os documentos de habilitação, é que se efetiva em concreto a adjudicação.

**Entidade competente:**

Ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei no 197/99, de 8 de Junho, que se mantém em vigor por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na redação revista e atualizada, a entidade competente para autorizar a despesa é o Presidente da Câmara Municipal.

**CONCLUSÃO :****Propomos:**

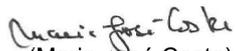
Abertura de procedimento de consulta prévia, ao abrigo do disposto no artº 20º/1, c) do Código dos Contratos Públicos, para o Fornecimento parcelar e continuado de peixe congelado e ultra congelado para o refeitório das escolas de Alfândega da Fé, ano de 2021.

Autorização para a realização da despesas de € 25.600,00 (vinte cinco mil e seiscentos euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

Aprovação do Convite e Caderno de Encargos, que vão em anexo à presente informação.

Delegação no Júri, nos termos do nº 1 do art.º 109º, conjugado com o nº 2 do artigo 69.º do Código dos Contratos Públicos.

A Técnica Superior,

  
(Maria José Costa)

18-01-2021 MªJose Costa